
ICANN81 | Assembleia Geral Anual – Discussão do GAC sobre questões do WHOIS e registro de dados
Segunda-feira, 11 de novembro de 2024 – 13h15 às 14h30 TRT

JULIA CHARVOLEN: Sejam bem-vindos à discussão do GAC sobre a política de proteção de dados. A sessão vai ser gravada e segue os padrões de comportamento da ICANN e a política anti-assédio da comunidade.

Durante a sessão, as perguntas e comentários serão permitidas apenas se está no chat. A interpretação para esta sessão incluirá as línguas das Nações Unidas e português. Se querem assumir a palavra levantem a mão no Zoom, se vão falar em um idioma que não for inglês, por favor avisem. Por favor, utilizem uma velocidade razoável. Os microfones estão reservados para os convidados e membros do GAC.

Passo a palavra ao Nicolas Caballero.

NICO CABALLERO: Obrigado, Julia. Sejam bem-vindos mais uma vez. Espero que tenham tido uma manhã agradável e tenham aproveitado o café turco e as atrações turísticas e que também possam percorrer um pouco a cidade de Istambul, que é tão bonita. Eu vou fazer uma breve resenha, um resumo da nossa jornada a partir de agora. Esta sessão vai durar até 2:30 pm. Depois vamos fazer um receso para café e continuaremos com a reunião da CPH, que será uma sessão de 60 minutos, outro receso para café e finalmente vamos começar a redação do

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

comunicado, que é a primeira sessão, uma revisão geral para ter uma ideia de saber como será o resto da semana.

Vou dar as boas-vindas agora a Gabe Andrews, que é co-presidente do Grupo de Trabalho de Segurança Pública que trabalha para o FBI dos Estados Unidos. Owen Fletcher, que está aqui, é do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, NTIA. Laureen Kapin da Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos e Melina Stroungi, espero ter pronunciado bem o seu sobrenome, da Comissão Europeia.

Sejam todos bem-vindos. E passo a palavra agora a Laureen Kapin, quem vai nos dar alguns antecedentes sobre o tema WHOIS e proteção de dados. Por favor, Laureen.

LAUREEN KAPIN:

Boa tarde para todos nessa sessão pós-almoço. Espero que continuem com a energia de sempre e que não nos percamos depois do almoço. Eu sou Laureen Kapin, eu falo na minha qualidade de membro do Grupo de Trabalho de Segurança Pública.

O que vem aqui na tela é a nossa agenda para a sessão de hoje. Vamos começar com alguns antecedentes sobre WHOIS e proteção de dados. Muitos conhecem esse tema, mas há outras pessoas novas na sala e sempre damos alguns antecedentes básicos para começar todos do mesmo ponto de início, qual o estado; qual a sua importância.

Também vamos falar da solicitações urgentes, divulgação de dados de registo e, de fato, vamos tentar que vocês tenham a oportunidade

de fazer perguntas, não só no final, onde sempre ficamos sem tempo, mas durante a sessão. Vamos ter então que equilibrar o trabalho para que vocês tenham tempo de fazer perguntas sem perder conteúdos, sem deixar de passar toda a informação.

Depois vamos passar ao RDRS, que é o acrônimo de Serviço de Solicitação de Dados de Registro, que é o programa piloto que temos atualmente para oferecer, ou dar dados de registro de nomes de domínio nesse sistema específico e também vamos passar o serviço ao sistema padronizado de acesso e divulgação, desculpem, a habilitação, o credenciamento dos elementos de privacidade e representação e também para a exatidão desses dados de registro, uma área de trabalho que também está no recesso.

Finalmente vamos passar a um tema que é muito importante para nós, que são as considerações para o comunicado. Vamos começar logo.

WHOIS e proteção de dados. O que é isso? Por que é importante? Os dados de registro de nomes de domínio, que às vezes são chamados como WHOIS que determina quem é a pessoa ou a entidade que tem responsabilidade pelo domínio foi um tema de interesse para o GAC já faz algum tempo. De fato, se olharmos um pouco tempos atrás, em 2007, por exemplo, o GAC marcou alguns princípios que continuam tendo a sua prevalência, a sua importância com relação a em que consistem esses serviços e porque são importantes. Inclusive em 2017, dez anos depois, o GAC mencionou que isso não é apenas importante,

que o que era importante no passado, mas que também mantém sua importância pelas questões pública que representa.

Reconhecendo que esses dados são utilizados para muitas atividades legítimas, inclusive o apoio aos organismos de aplicação da lei e às suas pesquisas ou investigação, apoio também de cumprimento efetivo das leis nacionais e internacionais. E aqui digo que isso inclui as leis de privacidade. Não é apenas fazer com que os maus não consigam roubar dinheiro, mas também quando há pessoas que roubam informações pessoais de terceiros de forma ilícita, então se sintam no combate também no uso abusivo dos sistemas da internet.

E também assiste ou colabora com o setor privado, empresas e organizações que têm interesses na luta contra a fraude e a proteção dos interesses do público. E isso aplica, em especial quando os ruins ou criminosos tentam roubar a identidade de outros para celebrarem contratos com empresas legítimas. O titular de propriedade intelectual, em especial, tem interesse em que se protejam seus direitos.

E, finalmente, falando do governo e do setor privado, não mencionamos o que aconteceu com todos as outras. Nós, os usuários finais. Bom, o sistema também serve ou nos serve porque sabemos que a informação que recebemos nas circunstâncias corretas, está bem, é lógico para saber com quem estamos tratando quando participamos de atividades em linhas.

Todos esses são usos que continuam sendo relevantes quando consideramos o equilíbrio dos interesses entre o acesso a essa informação e a proteção da privacidade, e considerando também o cumprimento das leis de proteção de dados.

Então o GAC ofereceu uma recomendação sobre que fora qual o sistema gerado para ter acesso a essa informação tem que ser um sistema que facilite essas atividades ilegítimas e essa informação tem que ser rapidamente acessível para fins de segurança e estabilidade. Segurança e estabilidade são palavras muito conhecidas no espaço da ICANN, porque é um conceito fundamental que vem ou que está consagrado nos estatutos da ICANN, então rapidamente acessível para a segurança e a estabilidade, para fins de estabilidade e de segurança. A ideia seria manter vocês acordadas, por isso tentei que seja interessante, então que seja de interesse para o público também garantir que lutamos contra a fraude com condutas de enganos e outras coisas que vão nos preocupar e para ficarmos tranquilos online.

Próximo slide. Então, esta é uma dessas lindas linhas de tempo quando falamos de dados de registro de domínio. Cada vez que eu vejo esse slide, essa imagem, me sinto cada vez mais plena. Mas eu quero que prestem atenção a alguns dos quadros em vermelho. Começamos em maio de 2018, agora estamos em 2024. Aí vemos que a equipe de definição do alcance da exatidão entrou numa pausa, em um recesso de seis meses, que são aqui os losangos vermelhos.

E o serviço de registo de dados que está na terceira linha a direito, a sua finalidade pretende que dure até dois anos. E então começou fins do ano passado e vamos chegar até o aniversário, o ano próximo e então levará dois anos. E também podem ver na cor vermelha, no meio, na metade do quadro, o trabalho de privacidade e representação.

Este trabalho de fato terminou numa recomendação de consenso, mas essas recomendações foram colocadas em pause na chegada das leis de privacidade da União Europeia. E estamos agora checando se essas recomendações continuam cumprindo sua finalidade.

Como vocês veem que no finalzinho há um quadro ou uma coluna para o sistema de acesso final, porque isso é no que estamos trabalhando atualmente, ainda não temos resultados ou informação para dar. Agora vou passar a palavra a minha colega Melina, para que fale das solicitações urgentes de divulgação de dados de registo.

MELINA STROUNGIS:

Obrigado, Laureen. Melina Stroungis, da Comissão Europeia. É muito bom poder finalmente apresentar aqui a nível pessoal. Eu vou falar das solicitações urgentes, que já faz um ano e meio que estamos trabalhando nesse tema durante o último verão. O que são as solicitações urgentes? São as divulgações urgentes de nomes de domínios não públicos onde exista uma possível ameaça à vida que seja iminente, lesões graves ou danos à estrutura física ou exploração infantil.

As solicitações urgentes decorrem de uma recomendação número 17, desculpem, 18. A diretoria participou em várias etapas. Houve um comentário público em novembro de 2022.

E, finalmente, a política de consenso foi publicada e deve ser implementada até agosto de 2025, mas foi publicada sem a seção de solicitação urgente. Por que isso? Não foram inclusas porque não conseguimos chegar a um acordo sobre a linha de tempo ou o prazo acordado para responder a essa solicitação. Nós, no GAC, manifestamos, podemos, outorgamos um prazo de 24 horas, mas se as partes contratadas sugeriram ampliar esse prazo a dois dias úteis, mais um dia, caso as solicitações múltiplas são complexas.

Podemos ver também aqui, de forma rápida, a linha de tempo. Uma carta ao GAC, a diretoria disse que era necessário rever a recomendação 18 quanto a solicitações urgentes, e foi necessária uma consulta ao conselho da GNSO em ICANN 79 e no comunicado de San Juan, fizemos uma recomendação à diretoria sobre que devia agir de forma expeditiva para estabelecer um processo claro e uma linha de tempo para ter uma política de solicitações urgentes para responder a interesses vitais de segurança pública referidas com estas solicitações.

A diretoria, por sua vez, procurou a contribuição do conselho da GNSO sobre os próximos passos e como resposta à recomendação do GAC de San Juan. Não sei se alguém tem agora uma ligação urgente, talvez é uma solicitação urgente que estão querendo, estão me testando. Basicamente a diretoria não respondeu com uma resposta substancial,

mas deferiu ações sobre essa recomendação. E numa carta ao conselho da GNSO, a diretoria falou sobre essa situação sem precedentes, porque estamos falando de uma recomendação que já foi adotada, então tem que ser implementada e isso deveria surgir antes da implementação.

E entre outras coisas, a diretoria percebeu que, em termos gerais, está de acordo com as solicitações urgentes, é um tema que deve ser tratado com urgência. Inclusive disse que uma linha de tempo de minutos ou horas e não dia seria necessário.

E a diretoria também apresentou a questão da autenticação e basicamente que os solicitantes de dados devem ser identificados, destacando que essa autenticação com sistema de autenticação transfronteiriço não está à disposição da ICANN agora e não pode ser criado sem a assistência dos governos e dos organismos de aplicação da lei.

E isso o GAC levou em conta, porque queremos colaborar, então na nossa segunda semana recomendação de Kigali, em junho de 2024, reiteramos a necessidade de estabelecer um processo claro e uma linha de tempo para solicitações urgentes, mas também manifestamos que estamos prontos para contribuir ao trabalho da GNSO com relação a possíveis soluções de autenticação.

O seguinte slide, por favor. O conselho da GNSO respondeu a diretoria em agosto de 2024, dizendo que uma reunião entre a diretoria, o GAC e

representantes do grupo PSWG seria interessante e a diretoria também respondeu ao acompanhamento da recomendação de Kigali, deferindo o assunto, voltando com a questão da GNSO e até chegamos até hoje.

E um último acontecimento em outubro de 2024, o GAC propôs à diretoria que poderíamos trabalhar em duas áreas de forma paralela, em dois caminhos; um para explorar caminhos possíveis para autenticar os solicitantes dos organismos de aplicação da lei, ou pelo menos começar com eles e ver depois como ampliar a base e isso (inint) [00:16:47] cita o mecanismo de autenticação ou seria um tempo de resposta apropriado para autenticar as solicitações urgentes para poder avançar.

Hoje esperamos discutir esta proposta na ICANN 81. Em 4 de novembro vamos ter uma chamada multilateral com o conselho e a diretoria, com o conselho da GNSO e a diretoria. E a diretoria mencionou que está aberta a considerar a proposta dessas duas vias de trabalho paralelas e que espera que se considere a proposta de forma adicional e também o conselho da GNSO, se espera que discuta a proposta em ICANN 81.

Seguinte slide, por favor. Como dizia, poderíamos ter duas vias de trabalho em paralelo, uma de política e outra técnica. A da política, devemos retomar o trabalho do IRT, da fase 1 do EPDP assim que possível. Lembrar que é uma política que já foi adotada e que é um tema que já vem demorado faz um tempo e como explicávamos na proposta do GAC de retomar o trabalho do IRT, mas sem dependência do trabalho em autenticação, duas vias de trabalho que vão em

paralelo e também definir uma linha de tempo de resposta às solicitações que está sob o alcance de trabalho do IRT. Então, poderíamos avançar rapidamente para a solução.

Com relação à via de autenticação para explorar que mecanismos existem para autenticar o solicitante dos organismos da aplicação da lei. Como disse, o ICANN está explorando as ações e trabalhando nessa frente. De fato, vai haver uma oficina de organismos da defesa da lei, onde Interpol, FBI e Europol comprometeram seus recursos. Obrigado, Gabrielle por trabalhar nisso. Isso explicou que os mecanismos que já existem, que poderíamos aproveitar e que reduziria o custo e faria tudo mais eficiente. Ter um grupo de trabalho técnico focado com mecanismo de utilidade para avançar nas deliberações no tema da autenticação.

Aqui vou parar para ver se alguém tem pergunta. Muito obrigada.

NICO CABALLERO:

Obrigado, Laureen pela introdução e Carolina por descrever os últimos acontecimentos.

Quero saber se há perguntas comentários sobre esses assuntos aqui na sala. Por favor, estejam todos eles relacionados com WHOIS e a proteção dos dados e solicitações urgentes. Depois vamos falar sobre RDRS, serviços de acreditação, privacidade, proxy, representação, mas isso vai ser depois. Agora podemos ver se há perguntas ou perguntar ou comentários sobre WHOIS e proteção de dados e também dados de registo. Passo a palavra para a Comissão Europeia.

GEMMA CAROLILLO:

Sou Gemma, da Comissão Europeia. Vou começar, mas vou me afastar um pouco do microfone para evitar problemas. Muito obrigada. Eu escutei muitas vezes Laureen falar sobre WHOIS, nunca é suficiente tudo isto, mas a Laureen fez com muita clareza e quero parabenizar Gabriel e os colegas do WHOIS aquela oficina feita no dia sábado, só escutamos comentários positivos, acho que vamos avançando bem, e isso demonstra como o PSWG e as diferentes partes relacionadas e outras áreas da comunidade da ICANN estão se reunindo para agir juntos e esse é muito bom sinal.

Com relação aos pedidos urgentes de informação, estamos preocupados porque o GAC emitiu dois assessoramentos e não vamos nenhum seguimento a esse respeito. Esse é um tema de importância e nos preocupa porque vemos que não tem seguimento esse assessoramento. É claro que essa é a prerrogativa da diretoria tomar ou não alguma medida com relação ao assessoramento, mas adiar sempre, isso não é um bom sinal diante do GAC. Nós demonstramos da nossa vontade e abertura para participar. Acho que vários membros do GAC estiveram presentes numa ligação trilateral com a GNSO organizada com muita pouca antecipação de sexta para segunda e tivemos muitos participantes e o GAC propõem possíveis soluções e vemos que isso continua se adiando.

Do nosso ponto de vista, isso é algo que deveríamos colocar diante da diretoria quando nos reunamos com eles, porque esperamos que a GNSO e também a diretoria continue com essa abertura às propostas

do GAC, que não nos encontremos no ICANN 85 ainda discutindo o assessoramento sobre esse assunto dos pedidos urgentes de informação, porque não é nem produtivo, nem eficaz. Obrigada.

NICO CABALLERO:

Obrigado, Comissão Europa. De fato, seria muito ruim chegar à reunião 85 discutindo isso.

A Índia tem a palavra.

T. SANTOSH:

Fala Santosh da Índia para que conste nos registros. Os pedidos urgentes para que se divulguem os dados de registro têm a sua história e isso nos remonta a 2018, se não me engano, e tínhamos o EPDP e depois lá se discutiu o SSAD e depois do SSAD o ponto seguinte da agenda foi o que se propôs para os dados de registo. O RDRS.

Então qual a diferença entre os pedidos urgentes de informação e o RDRS? Os urgentes são gTLDs igual que os ccTLDs? Essa é a diferença?

LAUREEN KAPIN:

Podemos voltar ao slide da linha de tempo? Pode repetir a pergunta para estar certa de entender exatamente a pergunta.

T. SANTOSH:

Qual é a diferença entre pedido urgente de dados de registro e o RDRS? Todos entendemos que RDRS é para a divulgação sobre os gTLDs. Então a minha pergunta é se os pedidos urgentes, esse assunto que estamos tratando agora, inclui os pedidos urgentes, a informação tanto do gTLD como para os ccTLD. Muito obrigado.

LAUREEN KAPIN:

Acho que é um par de perguntas nesse interrogante, não? Vamos começar falando dos ccTLDs. Os pedidos urgentes de divulgação de informação só se relacionam com a implementação. A parte um do processo expeditivo de registro de... Isto é parte do RDRS e só se vincula com a implementação da fase 1. Com relação ao ccTLDs, não se vincula com os ccTLDs porque eles não são entidades que estejam abrangidas pelo processo de redesenvolvimento de política vinculado com os dados de registo, é como que vão por um caminho independente. Não sei se estou respondendo à pergunta bem.

MELINA STROUNGIS:

Caso precise, acho que é útil lembrar quais as diferentes fases do desenvolvimento de política. Temos a fase 1 do EPDP, que deu como resultado a política preliminar de dados de registo e as recomendações tinham a ver com o SSAD, as recomendações foram acordadas, mas não aprovadas pela diretoria. E o RDRS é um piloto que vai passar certa informação atualizada sobre o RDRS. Depois tem uma fase 2A que faz referência a esta discussão entre os dados da pessoa física e da outra.

NICO CABALLERO:

Obrigado Índia pela pergunta e obrigado pelas respostas. Como falamos de RDRS, tenho o prazer de passar a palavra para Gabriel Andrews, do FBI.

GABE ANDREWS:

Fala Gabriel para os registros. Eu falo em minha condição de co-presidente do Grupo de Trabalho de Segurança Pública. Vamos falar do RDRS, que é o sistema piloto que todos podem utilizar para solicitar

acesso à informação de registro de nomes de domínio. Pode dar informação para o SSAD para o futuro.

Quando falamos de porque é necessário o RDRS vocês podem ver à esquerda que temos dados que aparecem, que foram obtidos lá, se vocês estão utilizando ferramentas que estão à disposição do público, essa é a explicação que nós gostaríamos de ver. Se utilizam RDRS, poderiam obter informação como dados que estão aqui a direita: nomes, telefones.

Nós somos parte daquele ensaio piloto, podemos ver quais são as tarefas atribuídas ao comitê permanente. Basicamente, temos que identificar tendências nos dados que gera o RDRS. Também temos que sugerir possíveis atualizações e também tomar lições que poderiam informar o sistema futuro do SSAD.

Eu posso mostrar aqui um gráfico, eu tentei gerar esse gráfico e vamos entrar em detalhe para mostrar qual o fluxo dos pedidos da esquerda, a quantidade total depois de um ano de 18.000 domínios que entraram na rede RDRS e como se faz a triagem para chegar ao objetivo último, a seleção. Se houver algum erro, bom, são meus erros, porque eu fiz muito copiar e colar.

Mas se vemos os primeiros, vemos que há 2.000 solicitações apresentadas desses 18.000 nomes de domínio, dos quais 300 correspondiam aos organismos encarregados da aplicação da lei. Essa é uma questão de conhecimento entre os usuários, inclusive depois de

um ano. E digo isso porque quando eu falei com meu diretor de informação, meu organismo encarregado de aplicação da lei, pedi uma consulta para os últimos 90 dias para ver quantas vezes nossos funcionários estavam revisando as antigas ferramentas do WHOIS, eu percebi que havia mais de 35.000 buscas feitas por 1.000 usuários na minha agência nos últimos 90 dias, o que é 100 vezes a quantidade de pedidos que vemos apresentados durante o primeiro ano pela rede de RDRS e por parte dos organismos de proteção da lei.

E no nosso relatório dizemos de aproveitar esses dados para educar as pessoas sobre a existência do RDRS. Vai gerar consciência sobre a existência da lei RDRS. E se dizemos que são expurgados os dados e se dizemos que é uma ferramenta de RDRS que pode fazer essa tarefa, pensamos que essa comunicação pode ajudar.

Então julgar se o GAC pode explorar essa opção com o conselho da GNSO, isso nos remete a essa comunicação do board, da diretoria de outubro passado. Vamos falar agora do que vemos nas métricas do RDRS. Vemos que há 6.500 usuários, e que entraram 18000 domínios. Durante esse tempo, o RDRS conseguiu permitir que as solicitações ingressem e entrem umas 5.000 vezes, delas se apresentaram 2.000 solicitações com diferentes resultados. Mas é importante ver o porquê desses 18.000 nomes de domínio representados só há 2.000 solicitações?

Vemos que um terço das vezes o TLD, o domínio de primeiro nível associado com esse nome que entrou, que foi digitado, não se aplicava

esse RDRS e muitas vezes pode ser talvez o código de país e a demanda de solicitantes, se quiséssemos permitir isto de forma voluntária, para que a ferramenta seja mais útil para esses solicitantes. Essas ferramentas, às vezes, esses domínios pertenciam a titulares que não participam desse piloto de RDRS, seria uma ferramenta mais robusta se tivéssemos uma participação mais plena de todos os registradores.

Por último, quero mencionar que 60% das vezes em que foi possível, se podia apresentar uma solicitação, não se apresentou e é difícil explicar o motivo. Mas sabemos que com a devolução que fizemos da perspectiva de segurança pública e cumprimento da lei, em que a forma que nos apresenta o RDRS, que é um formulário é um pouco esquisita, digamos, eu sei que não é a melhor palavra para os intérpretes, mas gera um pouco de reflexão. Então dizem que devemos melhorar essa característica para que os solicitantes de informações possam acompanhar mais facilmente o caminho para fazer essa solicitação e que os registradores respondam.

O último ponto da perspectiva do solicitante de informação do piloto do início até o final e ter sucesso no pedido, tentamos ver quantos desses pedidos tiveram um final feliz e onde vai se divulgar informação sobre essa registoção para aquilo que pediu o solicitante. Fazemos um cálculo desses 18.000 domínios acessados, os 5.000 que podiam dar uma apresentação dos 2.000 pedidos apresentados e 450 que receberam aprovação, é 3% do tempo que deu como resultado mais divulgação de informação. Isso não quer dizer que cada pedido seja justificado, porque podem existir muitos indeferimentos ou não

aceitações que são corretas, mas isso nos leva a parte esquerda do gráfico, vendo a quantidade de informação que não são tratadas e potencialmente isso é que teríamos a possibilidade de melhorar para que essa seja uma ferramenta útil.

Agora vou falar das áreas de privacidade e proxy. Isso aparecendo RDRS, o registrador tem um serviço de proxy de rerepresentação, as respostas do RDRS mencionam o (inint) [00:35:24] informação já está disponível publicamente, ou seja, que estão encaminhando ao seu próprio serviço de rerepresentação como registratário e não ao do cliente do serviço proxy.

Então fizemos essas perguntas porque nos preocupava quem iniciava essa registoação do domínio. Queríamos saber qual era o papel do serviço de proxy, e isso é uma coisa que (inint) [00:35:53], eles dizem que isso seria mais útil se os registradores participassem de forma voluntária. E já não sei em que parte dos slides estamos. Eu me vejo na tela. Eu acho que estamos no slide sobre o tema de proxy.

NÃO IDENTIFICADO:

Estamos tendo alguns problemas técnicos.

GABE ANDREWS:

Muito bem. Passemos aos slides. Falamos de serviços, especificamente da habilitação do serviço, seu credenciamento, serviço de rerepresentação. Vou falar de representação. Quando vemos os dados aqui e quando existe um serviço de proxy, o registrador acessa uma entidade entre uma pessoa e o registrador e essa informação com frequência aparece no campo de registratário em si.

Seguinte slide. Sumiram os slides, mas vou continuar falando. Temos alguma história de antecedente de trabalho feito com política quanto a habilitação de instituições de proxy sobre o (inint) [00:37:09] da ICANN, tal como o registrador e seu registro para serem habilitadas. Em 2016, fizemos algum trabalho para chegar a implementação de políticas com respeito à habilitação do serviço de proxy e representação e isso ficou parado quando surgiu o GPDR e depois manterem um recesso, uma pausa, o trabalho voltou a funcionar. Desde a ICANN de Kigali começamos a reformar o PPSAI IRT. Ou seja, a equipe de revisão de implementação de serviços de habilitação, de privacidade e representação. Então começamos a revisar esse relatório inicial sobre política publicada em 2015 e 2016, para ver como as recomendações continuam sendo pertinentes até hoje.

Vamos continuar. O que é fundamental referido a este tema, que queremos que entenda o GAC é que quando se trata de serviços de proxy ou representação, ou uma organização, entidade comercial e está localizada entre a pessoa e a organização que corresponde esse domínio e o registrador que modifica a forma em que se apresenta os dados de registo do WHOIS, então essa informação que aparece nos dados e solicitantes como eu podemos chegar àqueles que fizeram registo, mas não vemos como uma regra. Isso tem um impacto em outras áreas de trabalho e, especificamente em como está funcionando atualmente o RDRS e como potencialmente pode funcionar no futuro.

Muito bem, vou parar por aqui. Eu acho que temos um recesso para perguntas, se é necessário.

NICO CABALLERO: Claro, vamos dar um espaço para perguntas. Seja da sala, aqui presencial ou através do Zoom. Por favor por questões de tempo, falem desses temas. Por favor, Austrália.

INGRAM NIBLOCK: Eu estou de acordo em conscientizar sobre a existência do RDRS, que isso é muito importante. Eu vi que as expedidas da Austrália, dos quais apenas dois são de organismos encarregadas da aplicação da lei, então temos que trabalhar internamente para gerar mais conhecimento sobre esse tema. Mas como pergunta geral, tem alguma situação bem-sucedida que possam compartilhar sobre como sensibilizar as pessoas sobre o RDRS e o que oferece?

GABE ANDREWS: Estamos muito agradecidos por todos os esforços feitos pelo pessoal da ICANN em termos de gerar consciência sobre esse tema e as (inint) [00:40:21] comunidades, inclusive nos organismos de aplicação da lei. Faz um tempo estive na sede da Europol e falei com diferentes organismos sobre esse tema. Agora, chegando aqui a Istambul, passei pelo GAC e falei com alguns sócios ou parceiros com instituições a nível local nos Estados Unidos e cada vez que temos das 20 que trabalham lá.

Tentamos fazer um trabalho de conscientização a respeito, mas eu acho que as nossas mensagens estamos comunicando, talvez não estão cumprindo um pouco a finalidade que nós queremos. E é muito

importante ver o caminho para ter uma conexão direta entre o RDRS com os órgãos de registo em si, porque durante décadas os investigadores, os profissionais da cibersegurança utilizaram as suas ferramentas preferidas para ingressar o sistema de WHOIS e talvez eram muita ferramenta, centenas. A ICANN supervisiona, gerencia algumas, mas outras são por outros websites, fornecedores e tal.

Então não interessa qual a ferramenta, mas todas envolvem os mesmos dados de WHOIS, podemos chegar à comunidade daqueles que solicitam informação com independência de onde estão no mundo. E eu acho que essa é uma ideia que devemos incentivar e temos que acompanhar também essa ideia, talvez seja a forma, o meio mais fácil de gerar consciência neste sentido.

NICO CABALLERO:

Está Reino Unido, Índia e Canadá. Reino Unido, por favor.

NIGEL HICKSON:

Muito obrigado, Nicolas. Eu sou Nigel Hickson, serei breve. Primeiro quero agradecer pela participação do grupo PSWG. Eu sei que vamos ter uma reunião formal com tal grupo, mas muito obrigado pelo super trabalho feito e obrigado também por esta atualização.

Vendo o diagrama de fluxo que Gabe apresentou, adorei as linhas curvas. Sei que já falamos de forma extensa, queria saber quando seria um bom momento para que o GAC realize comentários, apresente comentários substanciais ou de mérito sobre assuntos concernentes ao RDRS ou as suas deficiências, porque quando eu apresento esse diagrama a outras pessoas, que começa aqui com um copo de cerveja

e diz olha que bom, parece fantástico, mas em definitiva não termina na pessoa muito satisfeita. Eu sei que há boas razões por trás, boas intenções, mas vendo aqui os números fica um pouco complicado. Vemos que mais de 30% ou 30% ou mais das solicitações de registradores que não estão no sistema. E essa é uma verdadeira preocupação. E os indeferimentos e rejeições também chamam a atenção. Claro que devem existir razões para tanto, mas claramente devemos começar a quantificar nossas forças.

GABE ANDREWS:

No Comitê Permanente do RDRS, estamos tentando definir qual é a linha de tempo para o relatório. Sabemos que o RDRS se supõe que não deve durar mais que um ano adicional. Não tem outra perspectiva a partir do comitê sobre a linha de tempo, mas eu gostaria de saber o que pensam os outros membros.

NICO CABALLERO:

Obrigado, Gabriel. Eu entendo que esse prazo de um ano termina no janeiro próximo.

GABE ANDREWS:

Eu acho que foi lançado em novembro do ano passado, então dois anos seria final de novembro, quase um ano a partir de hoje.

NICO CABALLERO:

Está Índia e depois o Canadá.

T. SANTOSH:

Muito obrigado, senhor presidente. Eu sou o Santosh da Índia para o registro. Bom, o que vemos na infografia, as buscas iniciais são 18.000, das quais 5.237 incluídas. As buscas de ccTLD. A solicitação não foi aceita. Então, o PSWG com o GAC poderia se relacionar com a ccNSO, já

que temos uma reunião na quarta-feira de manhã poderíamos citar os operadores da ccNSO que se envolvam conosco no RDRS? Obrigado.

NICO CABALLERO: Eu não teria problemas. Falando da perspectiva do GAC, poderíamos sim, se estão todos de acordo, eu não tenho problema. Owen?

OWEN FLETCHER: Queria adicionar outra coisa que poderia ser útil. Eu sou Owen Fletcher da NTIA dos Estados Unidos. Eu acho que é importante saber que a participação, como já foi dito no RDRS é voluntária. Além disso. Eu não sei se é a resposta, mas deveríamos saber se os ccTLDs têm a chance técnica de fazer uma distinção entre os ccTLDs e gTLDs e a política, mas enfim, levando em conta que o sistema é voluntário, que os ccTLDs poderiam ficar interessados em participar, talvez é uma pergunta válida.

NICO CABALLERO: Voltando à Índia, do ponto de vista de procedimento, poderíamos fazer se estamos todos de acordo e chegamos ao consenso. Continuamos então com o Canadá.

NÃO IDENTIFICADO: Obrigado, Nico e a SPWG pelo trabalho realizado. É muito bom.

E como disse meu colega da Austrália, a difusão do conhecimento é fundamental nessa etapa piloto. Então, nesse sentido, organizamos uma oficina há pouco tempo com nossa agência de organismo de aplicação da lei. Participaram 50 pessoas da comunidade. Foi muito bem recebida essa oficina, então há abertura, claramente há abertura, em especial no que tange do lado da ICANN para falar do assunto, para

que as pessoas saibam. Em especial, como eu já disse nesta etapa piloto, então o conhecimento é fundamental e a mensagem que eu quero transmitir é que devemos ver também as outras iniciativas.

GABE ANDREWS:

Obrigado por destacar este esforço de participação. Quero repetir uma coisa que é difícil de fazer primeiro: dar feedback, em segundo lugar, ter expectativas realistas, porque os serviços de proxy ativados neste momento são para registros técnicos modernos e as respostas neste momento são feitas através de serviços de proxy que não necessariamente são tão modernas. Eu agradeço essas ações para aumentar o conhecimento entre os países membros.

LAUREEN KAPIN:

Bem, quero fazer aqui uma pausa para o que estivemos falando. O que vimos aqui nesta imagem vemos que há uma percentagem de solicitações não aceitas. Isso é um desafio, fazer com que as pessoas conheçam que existe o sistema e também aumenta a preocupação, sabendo que quando as pessoas recebam a resposta, também não é resposta esperada. Pode ser uma resposta de privacidade de proxy, não de registradores subjacentes.

Tudo isso eu digo, mencionando como a conclusão de que não há demanda de dados de registro na base deste trabalho piloto. Mas essa não seria a conclusão correta. O que escutamos é que há desafio nesse sistema e que o sistema piloto tinha como intenção reunir dados.

Apenas quero refletir e dizer que devemos ter muito cuidado quanto às conclusões às quais chegamos quanto a esses dados e levar em conta

quais são os desafios principais que enfrentamos em termos de conhecimento, de facilidade e capacidade do sistema, do que pode dar o sistema com respeito ao que se esperava no início, que iria proporcionar. Enfim, são coisas que eu gostaria que considerasse, para chegar no final do RDRS e façamos a pergunta que seja: precisamos realmente da data de registo dos nomes de domínio? Devemos apoiar esse serviço? Essa é a grande pergunta.

NICO CABALLERO: Obrigado, Laureen. Alguma outra pergunta?

NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o representante da Bélgica, tenho alguma experiência no uso de RDRS e queria fazer uma pergunta. Quem está pronto para pôr dinheiro para expurgar a publicidade? Quem é que está por trás? Se não temos informação básica, como é que podemos confiar?

Eu gostaria de entender quando falamos de companhias e organizações, qual é o motivo por trás de ter informação expurgada da privacidade? Para mim, não há motivo. Não vou perguntar o nome da pessoa que fez isso. Não vou perguntar o nome do secretário, ou seu número de telefone. Essa não é a solicitação. Estamos falando de detalhes básicos, porque são de uma empresa.

GABE ANDREWS: Acho que essa é uma pergunta que só podem responder os registradores e eu não vou falar em nome deles.

NICO CABALLERO: Vamos deixar essa resposta para os registradores.

Com relação aos fundos, quem colocaria dinheiro também não pode responder. Então vamos passar para a Austrália. A Austrália tem a palavra.

INGRAM NIBLOCK: Sou Ingram Niblock. Queria perguntar, confirmar. No final do período de prova de teste, os serviços são suspensos?

GABE ANDREWS: Isso deve ser determinado. É uma grande pergunta. Eu sei que apesar dos desafios no RDRS, é necessário ver os benefícios. Geramos lições importantes para reiterar ou para um melhor RDRS ou para um sistema acessório como o SSAD. Há incerteza sobre o que vai acontecer depois desse piloto e gostaríamos de que a comunidade com a GNSO decida o alcance.

O trabalho inclui autenticação dos organismos de aplicação da lei para poder fazer o nosso trabalho de forma construtiva, o RDRS também permite tomar medidas concretas agora para colocar à prova o sistema. Não sei como se procederia num ambiente onde não exista nada, onde haja ausência.

NICO CABALLERO: Uma pergunta ainda. Não vejo outra mão levantada. Obrigado. Agora vou passar a palavra para Owen Fletcher dos Estados Unidos e ele vai falar sobre a exatidão dos dados de registo. Owen tem a palavra.

OWEN FLETCHER: Obrigado, Nico. Sou Owen. Esse é um assunto diferente numa sessão que veio sendo intensa. Então, vamos ver quão bem posso fazer esse resumo sobre onde é que está o tema exatidão alguns antecedentes

para ter depois de uma discussão produtiva sobre o que o GAC pensa nessa etapa.

Vamos começar por esse slide com alguns antecedentes. O primeiro é o comentário do GAC. O EPDP que é aquele que vimos no diagrama com todas as flechas na sua fase 2 foram consideradas as questões da exatidão dos dados de registo. Nesse momento, o GAC apresentou uma declaração expressando que não apoiava a conclusão de deferir, de adiar mais ainda esse tema. Esse comentário do GAC indicava que a exatidão dos dados deveria ser garantida em relação com o propósito para o qual eram tratados os dados e também se indicou que a divulgação de dados inexatos cancelaria o propósito do SSAD ou revogaria e colocaria em risco as regras de proteção dos dados. Houve interesse do GAC. Os dados de registo no comunicado padrão se destacou a importância da exatidão para propósitos como o de aplicação da lei e para outros também.

Há outros pontos sobre os antecedentes. Aí surgiram consultas sobre quão importante era a exatidão dos dados de registo. Há um relatório de 2019 com o link e se pensou que a taxa de inexatidão era de 30 a 40% em 2019. Mas é importante considerar a definição de inexatidão, a importância da exatidão para segurança, estabilidade e flexibilidade do DNS também foi assinalada no relatório final SSR2 de 2021.

Os próximos slides falam sobre os processos que vamos seguir com detalhes. Há mais informação sobre isso. Em fevereiro de 2021, a

organização pediu a GNSO que informasse sobre o lançamento de um exercício de definição de alcance da política em relação com os dados de registro e a sua exatidão.

Nesse relatório tem informação sobre os efeitos do GDPR. Depois também os efeitos do GDPR. Para considerar como base que a nova política de dados de registro acabasse nesse ano e depois na fase do EPDP seria uma fase diferente. Se sugeria também fazer um estudo para medir a exatidão que envolvesse dados.

Vou falar agora sobre o trabalho da equipe de execução de alcance do escopo da exatidão. Está desde outubro de 21 para facilitar a comunidade entender o tema, definir o escopo. Atravessou diferentes fases, contribuições na organização da ICANN, isso vemos no segundo ponto com diferentes caminhos possíveis para o futuro para analisar a inexatidão dos dados de registro.

A equipe de definição de alcance recomendou em setembro de 2022, três coisas. 1, 2, 3. A primeira, fazer uma pausa no trabalho da equipe de definição de escopo com respeito às propostas que precisariam acesso aos dados de registro. E aqui há um par de desafios e depois um par de respostas. Podem olhar depois, clicar nos diferentes links para conhecer os antecedentes.

O conselho da GNSO decidiu pausar o trabalho desse grupo, incluindo o adiamento. Houve adiamentos adicionais, incluindo setembro de

2024. Digamos que o trabalho atual da equipe veio se adiando em pausa faz uns dois anos. Seguinte.

Faz mais ou menos um ano, em outubro de 2023, que a organização fez uma análise recomendando dois caminhos possíveis, que recomendava analisar a exatidão dos dados de registro através de dados de auditoria dos registradores ou tomando certos ccTLDs.

A história na próxima slide é a esse respeito. Mas primeiro se discutiu se uma especificação para o tratamento dos dados poderia permitir à organização acesso a mais dados de registro. Para poder fazer uma análise na exatidão desses dados. A especificação preliminar do tratamento dos dados para os acordos de acreditação de registradores de registro está agora em comentário público, mas a diretoria disse que essa especificação não vai outorgar acesso a dados não públicos para que chegue a um nível que permita fazer estudos, exatidão de uma ampla escala como era proposto.

E um comentário adicional que se fez da diretoria e que inclusive se tivesse esse sistema, isso não resolveria o desafio de conhecer a exatidão. Vocês devem lembrar de ontem que se falou com o conselho da GNSO sobre o tema. No slide anterior eu falei sobre as propostas de caminhos futuros para análise de dados. Aí está. Estão se considerando, entre outras, as práticas do ccTLD.

Então, o conselho nos disse que eles pensavam que essas propostas não iam fornecer dados suficientes, como para trabalharem com

exatidão no futuro. Então a GNSO desenvolveu uma série de perguntas de limiar que foram apresentadas à diretoria para saber o que é que acha e depois vão apresentar aos membros das comunidades os resultados, incluindo o GAC para seu feedback e determinar possíveis caminhos para futuro.

Entendo que depois dessa sessão está a bilateral com o GAC e caça de partes contratadas e acho que lá vai estas práticas e talvez aí vocês saibam quais são essas partes, essas ideias e o que está nos contratos já existentes e nos requisitos.

Então, quando a GNSO enviar a lista de perguntas limiar para feedback, o GAC deveria revisá-las e dar a sua opinião. Enquanto isso, continua se relacionando em relação com esse assunto, para que se possa (inint) [01:03:26] o trabalho da equipe de definição de alcance. Agora estamos por aí.

NICO CABALLERO:

Obrigado, Owen. Tenho uma pergunta: porque temos que esperar as perguntas da GNSO? O que recomendariam vocês nesse instante?

OWEN FLETCHER:

Bom. Acho que provavelmente se começarmos a pensar novamente nesse assunto, isso seria útil. O trabalho da equipe de definição de alcance esteve em pausa durante muito tempo e as perguntas da GNSO não levaram para uma nova iniciativa que poderia dar como resultado algumas ideias produtivas com relação a como avançar. Então talvez poderíamos nos focar em armar boas respostas a essas perguntas. A não ser que alguém tenha uma muito boa solução possível, própria,

que permita o acesso a esses dados de registro. E isso poderia ser analisado do ponto de vista da exatidão. Mas eu ficaria surpreso se esse fosse o caso.

NICO CABALLERO:

Deveríamos revisar também tudo isto. Vou fazer a mesma pergunta para Laureen. Vou fazer a pergunta aos quatro: o que recomendariam?

LAUREEN KAPIN:

Acho que se apresentou um importante desafio. Escutamos diferentes setores da comunidade expressando diferentes preocupações. Então, se eu tivesse que tomar os polos, os extremos, teríamos uma situação prévia ao do GDPR, onde tudo seria público, poderia gerar alguns problemas em termos de privacidade e até violação dos direitos humanos.

Há outros que dizem não, tem que nos importar a exatidão. Tudo tem que ser anônimo. Se vamos para esses extremos, vamos acabar tendo uma série de dificuldades, obstáculos que sempre vêm junto com posições extremas. Então, para o GAC o que eu diria é que temos que pensar onde podemos encontrar esse terreno intermédio, em que podemos ter em conta ou considerar as necessidades de exatidão, necessidades legítimas. Falamos de segurança, estabilidade, flexibilidade com frequência. Se não podemos saber quem está por trás de um domínio, também temos dificuldades técnicas. Isso é, inclusive, independente da necessidade de proteger o público dos delitos e identificar as vítimas e todos os motivos legítimos.

Mas, por outra parte, existem salvaguardas importantes, válidas, que têm que se estabelecer em algumas situações quando nos preocupa proteger aquelas pessoas que querem manifestar as suas opiniões políticas ou religiosas, algumas zonas onde nos preocupa muito essas salvaguardas, então eu diria que existe a possibilidade de conciliar esses interesses e equilibrar, mas não podemos passar a esses extremos.

Vai ser cumprida a necessidade de ter interesses legítimos. Temos que encontrar um equilíbrio entre a segurança pública e proteger as pessoas que têm que ser protegidas. Vai ser um grande desafio para todos para conciliar esses interesses e evitar essas posições extremas.

NICO CABALLERO:

Obrigado, Laureen. Há alguma coisa que possa falar?

GABE ANDREWS:

Não lembro qual foi a comunicação do GAC, peço desculpas por minha falta de memória histórica aqui, mas eu lembro que tínhamos falado ou tinham falado de uma possível alternativa para acessar os dados de registo que existiam, que talvez poderia comprovar a capacidade dos registadores para saber se estão ou não afetando esse tema da exatidão e da inexatidão, porque, às vezes, nas organizações temos muitos correios e vocês sabem disso. Os nossos empregadores às vezes estabelecem um contrato com uma empresa que envia alguma coisa com forma de e-mail e nós queremos ser bons funcionários e identificamos como risco, quando na verdade não é um risco.

Nas comunicações anteriores do GAC foi apresentado se o GAC não podia dizer alguma coisa parecida com os dados de registo, não talvez no contrato, mas apenas com os empregadores quando contratam algum fornecedor, a ICANN que precisaria talvez se estabelecer de outra forma, talvez se estabelecendo contrato com os registadores, que permitam comprovar de maneira seletiva algumas registações que utilizam dados que não são exatos para ver se é possível evitar esses problemas de inexatidão, talvez deveríamos analisar novamente se seria viável esta opção, mas eu entendo que seria passar junto dessa questão dos dados existentes, da segurança dos dados existentes.

NICO CABALLERO:

Passo a palavra para Melina.

MELINA STROUNGIS:

Não sei. Cada vez que eu falo toca um telefone, não sei o que está acontecendo. Enfim, obrigada pela pergunta. Eu acho que é uma pergunta importante. É interessante.

Igual antes, quando exploramos soluções, também é importante lembrar o que disse Owen de que isso foi já adiado várias vezes por seis meses e por diversos motivos. Para ser sincera, isso gera alguma preocupação. Por exemplo, um dos motivos era que o trabalho de exatidão era deferido até terminar os acordos de processamento entre as partes contratantes da ICANN ou depois de seis meses, o que acontecia é o que acontecesse antes. Então a diretoria disse que não existia dependência entre ambos, mas sabemos que houve outras questões vinculadas com exatidão que estão aí no ar.

Então vemos que sempre há motivos para demorar. Então, quando vai terminar, devemos continuar destacando a importância do tema e tudo que faremos daqui em diante será importante. Claro, como disse Laureen, precisamos do equilíbrio.

E se eu posso ficar no lugar de representante europeu perante o GAC, porque todos já falaram das suas opiniões pessoais, eu acho que nas perguntas de definição de alcance da GNSO uma delas referia ao impacto das diretivas NIS2. Então aqui temos também, daqui em diante, deliberações muito importantes. Realmente toda a comunidade e todos os membros do GAC têm que fazer tantas contribuições como possível para responder às perguntas da GNSO e também para ver a posição das diferentes jurisdições. E esperamos que todo esse trabalho leve a um bom final.

NICO CABALLERO:

Há duas perguntas para o GAC em pleno. Podem ver aqui na tela. É necessário dar recomendação ou fazer alguma recomendação sobre algum desses temas? E no caso, qual dos temas deveria o GAC destacar como questão de importância ou assunto de importância.

Deixamos então aberto o microfone para quem quiser opinar.

Parece que será a última opção. Não é nenhuma pergunta. Essa é a forma de avançar

-
- GEMMA CAROLILLO: Obrigada, Nico. Sou Gemma Carolillo. Eu acho que todos os temas de uma outra forma deveriam aparecer na questão de assuntos de importância para o GAC, pela questão do sistema de acesso, como já falaram os sistemas, o tema também dos pedidos urgentes informação, a questão da exatidão, mas se é necessária recomendação do GAC, bom, aí não estou em condições de falar. Eu esperaria fazer a reunião com a diretoria porque isso também talvez repercuta na forma na qual podemos opinar sobre se é necessário dar uma recomendação ou não.
- NICO CABALLERO: Passo a palavra para o representante da Índia.
- T. SANTOSH: Obrigado, senhor presidente. Os temas discutidos nesta sessão são muito importantes para toda a nação representada nesta sala. E sim, estou de acordo com a Comissão Europeia quanto ao que devemos esperar a reunião com a diretoria. Obrigado.
- NICO CABALLERO: Muito obrigado, Índia, estou de acordo. Completamente de acordo. Portugal.
- ANA NEVES: Pela experiência que tenho no GAC, penso que na reunião com o (inint) [01:13:55] não vamos ter grandes notícias. O que eu estava a querer dizer é que, pela minha experiência no GAC, nas reuniões com o board ICANN. Nestas reuniões públicas nunca vejo grandes resultados. O trabalho normalmente ocorre depois do interseccional work, etc. Portanto, acho que o que foi aqui dito hoje é de grande relevância e que deve estar no GAC communiqué e depois o lá vai estar, isso concordo que só depois da reunião com o board, mas que são tópicos de grande

interesse e também preocupação, sim, deveriam constar no GAC communique.

NICO CABALLERO: Mas você acha que isso deveria ficar lá como advice para o board ou como ficaria? Na sua opinião?

ANA NEVES: Neste momento penso que deve ficar como advice, mas na reunião com o board podemos ter outra sensação. Mas neste momento parece-me que deve ser advice porque o advice tem sido contínuo e penso que ainda não temos uma noção clara da situação. Portanto, penso que devemos ter isto em consideração e não ser tímidos. Obrigado.

NICO CABALLERO: Muito obrigado. Algum outro comentário? Não, nem aqui, nem online. Então Owen, Laureen, Melina e Gabe muito obrigado e uma salva de palmas para vocês. Muito obrigado para vocês. Muito obrigado, porque é muito prazeroso contar com vocês e damos por encerrada esta sessão e voltaremos 3:00 PM. Muito obrigado.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]